



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

O método dialético na Geografia: limites do marxismo estruturalista e possibilidades de uma perspectiva revolucionária

Fernando Monteiro Melo¹

Resumo

O presente ensaio discute o método dialético na Geografia a partir da tradição marxista revolucionária, tomando como eixo a crítica às deformações estruturalistas, positivistas e economicistas do marxismo. A crise de parte da Geografia crítica não resulta da insuficiência do marxismo, mas de sua apropriação parcial, acadêmica e frequentemente despolitizada, na qual a dialética é reduzida a um procedimento formal de análise, a uma retórica da contradição ou a uma teoria das estruturas. Em oposição a essa tendência, recuperam-se as contribuições de Karl Marx, Karl Korsch e Nildo Viana, especialmente no que se refere à inseparabilidade entre teoria e prática, à historicidade das categorias, à totalidade concreta, à luta de classes e à crítica radical da sociedade capitalista. Uma Geografia orientada pelo método dialético não pode limitar-se à descrição das formas espaciais, nem à identificação abstrata de estruturas, processos ou escalas, mas deve apreender o espaço como produto histórico das relações sociais, como mediação da reprodução capitalista e como campo contraditório de dominação e resistência. O ensaio defende a necessidade de recolocar a Geografia crítica no terreno da crítica revolucionária, superando tanto o empirismo descritivo quanto o marxismo estruturalista, para que o conhecimento geográfico possa contribuir para a compreensão e a superação das formas capitalistas de produção do espaço.

Palavras chave: Método dialético; Geografia crítica; marxismo; Karl Korsch; Nildo Viana; produção do espaço.

The Dialectical Method in Geography: The Limits of Structuralist Marxism and the Possibilities of a Revolutionary Perspective

Abstract

This essay discusses the dialectical method in Geography from the perspective of the revolutionary Marxist tradition, taking as its central axis the critique of structuralist, positivist, and economist distortions of Marxism. The crisis affecting part of critical Geography does not stem from the insufficiency of Marxism, but from its partial, academic, and frequently depoliticized appropriation, through which dialectics is reduced to a formal analytical procedure, a rhetoric of contradiction, or a theory of structures. In opposition to this tendency, the contributions of Karl Marx, Karl Korsch, and Nildo Viana are revisited, particularly with regard to the inseparability of theory and praxis, the historicity of categories, concrete totality, class struggle, and the radical critique of

¹ Doutor em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, e-mail: fernando@ufam.edu.br.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

capitalist society. A Geography guided by the dialectical method cannot be limited to the description of spatial forms or to the abstract identification of structures, processes, or scales; rather, it must apprehend space as a historical product of social relations, as a mediation of capitalist reproduction, and as a contradictory field of domination and resistance. The essay argues for the need to reposition critical Geography within the field of revolutionary critique, overcoming both descriptive empiricism and structuralist Marxism, so that geographical knowledge may contribute to the understanding and overcoming of capitalist forms of space production.

Keywords: Dialectical method; Critical Geography; Marxism; Karl Korsch; Nildo Viana; Production of space.

Introdução

A discussão sobre o método permanece como uma das questões centrais para a Geografia crítica. Não se trata de uma preocupação meramente epistemológica, restrita ao campo da filosofia da ciência ou aos debates internos da academia. O método é decisivo porque expressa uma determinada forma de apreensão da realidade, uma determinada concepção de sociedade, uma determinada posição diante das contradições históricas e, sobretudo, uma determinada relação entre conhecimento e transformação social. Toda investigação geográfica, mesmo quando se apresenta como neutra, técnica ou puramente descritiva, carrega uma concepção de mundo. A questão, portanto, não é saber se há ou não pressupostos teóricos e políticos na produção do conhecimento, mas quais pressupostos orientam a análise e a que interesses sociais eles servem.

A Geografia, ao longo de sua constituição como campo científico, oscilou entre perspectivas descritivas, positivistas, regionalistas, quantitativas, humanistas, críticas e pós-críticas. A emergência da Geografia crítica, especialmente a partir da segunda metade do século XX, representou uma ruptura importante com a leitura naturalizada do espaço e com a concepção da Geografia como ciência neutra da localização. A incorporação do marxismo permitiu compreender o espaço como produto social, histórico e contraditório, articulado à reprodução do capital, ao Estado, à divisão social e territorial do trabalho, à urbanização, à segregação e à luta de classes (Santos, 1978; Quaini, 1979; Suertegaray, 2005; Harvey, 2005; Carlos, 2011).

Esse avanço não eliminou os problemas internos da apropriação do marxismo pela Geografia. Em muitos casos, o marxismo foi incorporado mais como vocabulário do que como método. Fala-se em contradição, totalidade, produção do espaço, capital, Estado e classes sociais, mas essas categorias frequentemente aparecem descoladas de seu fundamento histórico e revolucionário. A dialética é convertida em um recurso retórico, uma espécie de ornamento teórico que autoriza a denúncia da desigualdade, mas não conduz necessariamente à crítica radical das relações sociais que a produzem. O resultado é uma Geografia crítica domesticada, capaz de nomear os efeitos espaciais do capitalismo, mas nem sempre capaz de apreender o movimento histórico de sua superação.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

É nesse ponto que se torna necessário retomar a dialética marxista em sua radicalidade. A crise contemporânea de parte da Geografia crítica não decorre da insuficiência do marxismo, mas da deformação do método dialético promovida por interpretações estruturalistas, positivistas, academicistas e economicistas. A recuperação da tradição inaugurada por Marx e desenvolvida por Karl Korsch, retomada contemporaneamente por Nildo Viana, permite recolocar a Geografia no terreno da totalidade concreta, da historicidade e da práxis revolucionária (Marx, 2013; Korsch, 1977; Viana, 2007).

A obra “Marxismo e filosofia” de Karl Korsch é fundamental por compreender o marxismo como expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado e por recusar a separação entre teoria e prática. Korsch (1977) procura aplicar a dialética ao próprio marxismo, recolocando-o como teoria crítica, histórica e prática, e não como sistema doutrinário fechado ou ciência positiva separada da luta social. A contribuição de Viana (2007; 2018) é importante porque recoloca o método dialético no interior da crítica radical do capitalismo. O marxismo não pode ser reduzido a uma teoria acadêmica entre outras, pois sua especificidade está em expressar teoricamente a perspectiva da transformação revolucionária da sociedade. Ao discutir o materialismo histórico-dialético, Viana (2007; 2018) destaca a necessidade de compreender as categorias sociais em sua historicidade, recusando tanto o positivismo quanto as deformações ideológicas do marxismo. Essa posição é fundamental para a Geografia porque impede transformar a dialética em mera retórica conceitual. A dialética só conserva sua força crítica quando vinculada à totalidade, à historicidade, à luta de classes e à práxis revolucionária.

O objetivo deste ensaio é discutir o método dialético na Geografia a partir de quatro movimentos articulados: primeiro, apresentar a dialética marxista como método histórico, crítico e revolucionário; segundo, recuperar a contribuição de Karl Korsch para a crítica da separação entre teoria e práxis; terceiro, discutir a importância de Nildo Viana na retomada contemporânea de uma perspectiva marxista radical; quarto, apontar os limites do marxismo estruturalista e suas consequências para a Geografia. Ao final, defende-se que a Geografia crítica só pode manter sua força explicativa e política se recuperar a dialética como método de apreensão da totalidade concreta e como crítica da sociedade capitalista em sua dinâmica espacial.

Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico-bibliográfico, construído a partir da leitura crítica de autores vinculados ao marxismo e à Geografia crítica. Não se busca aqui aplicar a dialética a um objeto empírico específico, mas discutir os fundamentos teóricos que tornam possível uma análise geográfica verdadeiramente dialética. A preocupação central é demonstrar que o método não é uma técnica exterior ao objeto, mas a forma pela qual a realidade é reconstituída no pensamento a partir de suas determinações históricas, contradições, mediações e possibilidades de superação (Marx, 2008; Lukács, 2003; Korsch, 1977).

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

A dialética marxista como crítica da realidade e não como técnica de pesquisa: os limites da Geografia

A dialética marxista não pode ser reduzida a um conjunto de procedimentos metodológicos aplicáveis indistintamente a qualquer objeto de investigação. Essa redução, comum em parte da produção acadêmica contemporânea, expressa uma das formas pelas quais o marxismo é domesticado pela universidade: ele deixa de ser uma crítica radical da sociedade capitalista e passa a funcionar como linguagem teórica, como repertório conceitual ou como técnica analítica. Quando a dialética é compreendida apenas como “procedimento de pesquisa”, perde-se seu conteúdo histórico, crítico e revolucionário. Em Marx (2008; 2013), a dialética não é uma técnica neutra de organização do pensamento, mas a forma de apreensão de uma realidade social historicamente determinada, movida por contradições e atravessada pela luta de classes.

Essa observação é decisiva porque permite distinguir a dialética marxista de uma lógica formal. A dialética não é um esquema a ser aplicado exteriormente ao objeto, como se o pesquisador pudesse, de fora da realidade, selecionar etapas, categorias e procedimentos de forma indiferente ao conteúdo histórico investigado. Ao contrário, o método dialético exige que o próprio objeto seja apreendido em seu movimento real, isto é, em sua gênese, desenvolvimento, contradições, mediações e possibilidades de superação. Marx afirma, no posfácio da segunda edição de “*O capital*”, que seu método dialético, em seu fundamento, não apenas difere do método hegeliano, mas é seu “oposto direto”, pois “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2013, p. 90). Com isso, o método não parte de uma ideia que se impõe à realidade, mas da própria realidade concreta, que é reconstruída teoricamente pelo pensamento.

A dialética marxista se opõe tanto ao idealismo quanto ao empirismo. Contra o idealismo, ela recusa a autonomia das ideias diante das relações sociais concretas; contra o empirismo, recusa a ilusão de que a realidade se apresenta imediatamente ao pesquisador tal como é. A aparência é parte da realidade, mas não esgota sua essência, o método dialético parte da aparência, mas não permanece nela. Sua tarefa consiste em revelar as múltiplas determinações que produzem aquilo que aparece de forma imediata, fragmentada e naturalizada. Por isso, Marx (2013) não se contenta em descrever a circulação de mercadorias, os preços, os salários ou as formas jurídicas do contrato. Ao contrário disso, busca revelar as relações sociais ocultas sob essas formas aparentes, demonstrando que a sociedade capitalista se funda na exploração do trabalho e na produção de mais-valor.

Essa questão aparece de maneira exemplar na abertura de “*O capital*”. Marx inicia sua análise pela mercadoria, isto é, pela forma elementar da riqueza na sociedade capitalista, afirmando que, “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (Marx, 2013, p. 113). Essa passagem é fundamental porque revela o procedimento dialético de Marx: ele não parte do fenômeno mais grandioso ou imediatamente visível do capitalismo, como o Estado, o mercado mundial, a indústria, a cidade ou as classes sociais em sua manifestação empírica, ele parte da mercadoria porque

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

nela se condensam, em forma elementar, as contradições fundamentais da sociabilidade capitalista.

A mercadoria aparece, à primeira vista, como coisa simples, como objeto útil destinado à troca. No entanto, quando analisada dialeticamente, revela-se como unidade contraditória entre valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato, materialidade e forma social. O que parecia um objeto isolado mostra-se como expressão de uma relação social. A mercadoria não é apenas coisa, mas forma social historicamente determinada. A análise de Marx (2013), portanto, demonstra que o capitalismo não pode ser compreendido pela aparência imediata dos objetos, mas pelas relações sociais que os produzem e que, ao mesmo tempo, neles se ocultam

É nesse sentido que a dialética marxista é também uma crítica do fetichismo. O fetichismo não é uma simples ilusão subjetiva, nem um erro individual de percepção, ele é uma forma objetiva de manifestação da sociedade capitalista. No capitalismo, as relações sociais entre os indivíduos aparecem como relações entre coisas, o produto do trabalho humano apresenta-se como mercadoria autônoma; o dinheiro aparece como poder natural de compra; o capital aparece como coisa capaz de gerar valor por si mesma; a terra aparece como fonte natural de renda; o salário aparece como pagamento justo do trabalho; o Estado aparece como representante universal da sociedade. Marx (2013, p. 148) demonstra que, na mercadoria, “as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”.

Essa crítica do fetichismo possui consequências diretas para a Geografia. O espaço também pode aparecer de forma fetichizada, a cidade aparece como conjunto de objetos, equipamentos, vias, bairros e funções; a terra urbana aparece como ativo patrimonial; a moradia aparece como mercadoria ou investimento; a periferia aparece como localização distante; o espaço aparece como recorte administrativo; a segregação aparece como problema de planejamento; a infraestrutura aparece como obra técnica; a paisagem aparece como forma visual autônoma. A dialética marxista permite romper com essa aparência, revelando que tais formas espaciais são produtos históricos de relações sociais determinadas. Assim, o espaço não é suporte ou um palco da sociedade, mas mediação ativa da reprodução social capitalista (Lefebvre, 2006; Harvey, 2005; Carlos, 2011).

Em oposição à lógica formal, que tende a fixar os objetos em definições estáveis, a dialética parte do movimento. A realidade social não é composta por coisas isoladas, mas por relações. Essas relações não são exteriores aos objetos, mas constitutivas deles. Uma cidade, por exemplo, não é apenas um conjunto de edificações, vias, bairros, equipamentos urbanos e fluxos, ela é forma espacial de relações sociais historicamente determinadas. Uma periferia não é apenas uma localização distante do centro, é expressão material da desigualdade social, da propriedade privada da terra, da ação do Estado, da valorização imobiliária, da divisão territorial do trabalho e da luta cotidiana pela reprodução da vida. A análise geográfica dialética não pergunta apenas onde os fenômenos estão localizados, mas como foram produzidos, por quais relações sociais, através de quais mediações e em função de quais contradições.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

A contribuição de Lefebvre (2006) é importante nesse ponto porque permite compreender que o espaço não é uma coisa exterior à sociedade, mas produto e condição da reprodução social. A produção do espaço, em sua formulação, não se reduz à produção material de objetos espaciais. Ela envolve práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação, isto é, envolve a materialidade, o planejamento, as ideologias, a vida cotidiana e os usos sociais do espaço (Lefebvre, 2006). Para que essa formulação não se transforme em uma fórmula vazia, ela precisa ser articulada ao método dialético marxista. Não basta afirmar que “o espaço é produzido”, é necessário demonstrar concretamente como, sob o capitalismo, essa produção ocorre mediada pela propriedade privada, pelo Estado, pelo capital, pelo trabalho, pela renda da terra e pela luta de classes.

Na Geografia, essa exigência é decisiva porque impede a naturalização dos fenômenos espaciais. Sem a mediação da crítica dialética, o bairro pobre aparece como resultado da “falta de planejamento”; a segregação aparece como “desorganização urbana”; a precariedade habitacional aparece como “déficit de infraestrutura”; a destruição ambiental aparece como “uso inadequado dos recursos”; a violência urbana aparece como “problema de segurança”; a informalidade urbana aparece como ausência de Estado. A dialética permite demonstrar que essas expressões não são simples disfunções, mas formas espaciais de uma totalidade social fundada na exploração, na propriedade privada, na acumulação de capital e na dominação de classe (Santos, 1978; Carlos, 2001; Carlos, 2011).

A Geografia crítica não pode se limitar à denúncia moral da desigualdade, a desigualdade socioespacial não é um acidente externo à sociedade capitalista, mas uma de suas formas necessárias de existência. A cidade capitalista produz centralidades valorizadas e periferias precarizadas; produz mobilidade para alguns e imobilidade para outros; concentra infraestrutura onde há valorização e desloca a precariedade para os espaços da reprodução empobrecida da força de trabalho. A contradição não aparece apenas entre bairros ricos e pobres, entre centro e periferia, entre áreas valorizadas e áreas degradadas, ela está no próprio modo como o espaço é produzido como mercadoria, como condição de valorização e como meio de controle social.

A dialética não pode ser confundida com a fórmula abstrata de tese, antítese e síntese, como vulgarmente é apresentada por seus deformadores. Essa simplificação transforma a dialética em jogo lógico de oposições e elimina sua base histórica. A contradição, na perspectiva marxista, não é uma oposição formal entre ideias, mas antagonismo real entre forças sociais, a contradição fundamental do capitalismo não está no pensamento, mas na relação entre capital e trabalho. A sociedade capitalista só se reproduz explorando a força de trabalho, mas essa mesma exploração produz resistência, conflito e possibilidade de superação. Como Marx e Engels (2007) assinalam, a história das sociedades de classes é atravessada por antagonismos sociais, e a sociedade burguesa moderna não eliminou esses antagonismos, apenas lhes conferiu novas formas históricas.

A totalidade, por sua vez, não significa soma de partes. Não se trata de reunir economia, política, cultura, espaço, Estado e ideologia como dimensões paralelas ou autônomas. A totalidade é o modo pelo qual essas dimensões se articulam em uma forma social determinada. Lukács (2003) já havia indicado que a categoria da totalidade constitui um dos traços decisivos do método marxista, pois permite apreender os

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

fenômenos sociais não como dados isolados, mas como momentos de um processo histórico mais amplo. Na Geografia, isso significa que a produção do espaço não pode ser compreendida como dimensão externa ao capital, mas como momento de sua reprodução. A urbanização, a produção imobiliária, as infraestruturas, a circulação, o planejamento estatal, a segregação socioespacial e a financeirização da moradia são mediações concretas da acumulação capitalista (Harvey, 2005; Lefebvre, 2006; Carlos, 2011).

A categoria de mediação é, portanto, indispensável. Sem ela, a análise geográfica cai no economicismo ou no empirismo. O economicismo reduz o espaço a reflexo direto da economia, como se toda forma espacial pudesse ser explicada imediatamente pela dinâmica do capital. O empirismo, por sua vez, fragmenta a realidade em fenômenos localizados, perdendo de vista a totalidade que os produz. A dialética supera esses dois limites ao mostrar que o espaço é produzido por múltiplas determinações articuladas. O Estado, o mercado imobiliário, a legislação urbana, a propriedade da terra, o crédito, as infraestruturas, os discursos de planejamento, a ação dos movimentos sociais e as práticas cotidianas da população trabalhadora são mediações da produção do espaço. Nenhuma delas explica isoladamente o processo, mas todas se articulam no interior da totalidade social capitalista.

A historicidade é outro elemento decisivo. Nada é eterno no método dialético, porém “perceber a historicidade das sociedades é algo muito difícil. Da mesma forma, perceber as mudanças que ocorrem na história de uma mesma sociedade é bastante difícil” (Viana, 2009, p. 7). As categorias não são universais abstratos, mas expressões teóricas de relações sociais históricas. Capital, trabalho assalariado, Estado moderno, propriedade privada capitalista, renda da terra, urbanização capitalista, segregação socioespacial e financeirização da moradia não são formas naturais da existência humana. São produtos de relações sociais determinadas e, por isso, podem ser superadas. Marx (2008) já indicava, na crítica à economia política, que as categorias da sociedade burguesa expressam formas historicamente específicas, ainda que apareçam aos economistas como naturais e eternas. Essa observação é fundamental para a Geografia, pois impede tratar as formas espaciais capitalistas como se fossem destino inevitável da vida social.

A historicidade também permite compreender que o espaço carrega temporalidades sociais. Um bairro, uma periferia, uma área central, uma ocupação, uma rodovia, um distrito industrial ou uma zona de expansão imobiliária não são apenas localizações, são sínteses materiais de processos históricos. Cada forma espacial carrega marcas de conflitos, decisões políticas, estratégias de valorização, processos de expulsão, resistências, apropriações e usos cotidianos. A Geografia dialética, portanto, não descreve somente a configuração espacial existente; ela busca reconstruir sua gênese e seu movimento. Sem historicidade, a análise espacial se reduz à fotografia do presente. Com historicidade, o espaço aparece como produto transitório de relações sociais contraditórias.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1678808
Karl Korsch e a unidade entre marxismo, história e práxis

A contribuição de Karl Korsch é decisiva para recolocar o marxismo em seu terreno próprio: não como ciência positiva da sociedade, nem como doutrina filosófica separada da luta social, mas como expressão teórica de um movimento histórico real. Em “*Marxismo e filosofia*”, Korsch (2008) parte de um problema central: a separação entre marxismo e filosofia, operada tanto pela tradição burguesa quanto por correntes do próprio marxismo, não é uma questão meramente teórica, mas expressão de uma deformação mais ampla do pensamento revolucionário. O marxismo, quando reduzido a uma ciência particular, a uma sociologia, a uma geografia, a uma economia crítica ou a uma doutrina política, perde sua unidade interna com a práxis histórica que o produziu. Essa questão aparece de modo explícito quando Korsch (2008, p. 123) afirma que o marxismo não cabe nas “gavetas tradicionais do sistema das ciências burguesas”. Sua crítica deve começar pela recusa de qualquer tentativa de enquadrá-lo nas divisões burguesas do saber.

Essa é a razão pela qual a historicização do marxismo, em Korsch (2008), não conduz ao relativismo, mas à radicalização da crítica. O marxismo não é uma doutrina eterna, colocada acima da história, mas também não é uma ideologia entre outras, ele nasce de uma situação histórica determinada: a emergência do proletariado como classe revolucionária no interior da sociedade burguesa. Korsch (2008, p. 32) afirma que o marxismo é a “expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado”. Essa passagem é fundamental porque impede compreender como um sistema ou teoria autônoma, separada da luta social. A teoria marxista é, ao mesmo tempo, produto e momento do movimento real de contestação da sociedade capitalista.

É nesse ponto que Korsch (2008) se distancia tanto do marxismo vulgar quanto do marxismo academicizado. O marxismo vulgar, herdeiro das deformações positivistas da Segunda Internacional, tende a transformar a história em evolução necessária, a crise em destino automático e a revolução em resultado inevitável das leis econômicas. O marxismo academicizado, por sua vez, transforma a crítica em objeto de interpretação especializada, convertendo categorias como capital, mercadoria, ideologia, totalidade, contradição e luta de classes em instrumentos conceituais desligados da práxis. Em ambos os casos, perde-se a relação viva entre teoria e movimento histórico. A teoria deixa de ser momento da luta e passa a ser contemplação, doutrina ou explicação exterior ao processo social.

A crítica de Korsch (2008, p. 32) atinge exatamente essa cisão. O surgimento da teoria marxista não pode ser separado do surgimento do movimento proletário real. O marxismo é o “outro momento” desse processo histórico, o que significa que teoria e prática não são polos exteriores que depois precisam ser reconciliados, elas constituem momentos de uma mesma totalidade histórica. O pensamento marxista não se limita a representar a realidade: ele participa do processo de esclarecimento, organização e radicalização da consciência revolucionária. A teoria não substitui a práxis, mas também não é dispensável a ela. Sua função é elevar a consciência imediata das lutas sociais ao plano da compreensão crítica das determinações históricas que as produzem.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

Essa formulação é decisiva para a Geografia. A incorporação do marxismo pela Geografia crítica representou um avanço fundamental contra as leituras naturalizantes, descritivas e positivistas do espaço. Contudo, essa incorporação nem sempre significou assimilação efetiva do método dialético em seu sentido revolucionário. Muitas vezes, o marxismo aparece na Geografia como referencial teórico entre outros, como linguagem de denúncia das desigualdades espaciais ou como repertório conceitual para interpretar urbanização, segregação, território, região e produção do espaço. O problema não está no uso dessas categorias, mas em sua autonomização diante da crítica da totalidade capitalista. Quando a produção do espaço é analisada sem enfrentar radicalmente a mercadoria, a propriedade privada da terra, a renda fundiária, o Estado, o trabalho e a luta de classes, ela se converte em fórmula acadêmica.

A leitura korschiana permite compreender que essa neutralização não é secundária. Quando o marxismo se separa da práxis, ele passa a funcionar como patrimônio intelectual. A dialética vira tema de disciplina; a luta de classes vira categoria analítica; a revolução vira referência histórica; o proletariado se dissolve em termos sociológicos mais amplos, como população, moradores, vulneráveis, excluídos ou sujeitos periféricos. A crítica espacial, então, denuncia os efeitos do capitalismo, mas evita enfrentar sua forma social. A cidade segregada é criticada, mas a propriedade privada do solo urbano permanece como dado; a financeirização da moradia é denunciada, mas a forma mercadoria da habitação não é radicalmente questionada; o planejamento urbano é problematizado, mas o Estado continua sendo tratado como instância possível de correção racional da desigualdade (Harvey, 2005; Carlos, 2011).

A obra de Korsch pode ajudar a recolocar a Geografia diante de uma questão metodológica e política: não basta interpretar a espacialização das contradições capitalistas, é preciso apreender o espaço como mediação da reprodução social e como campo contraditório de luta. A cidade, nessa perspectiva, não é apenas forma urbana, estrutura espacial ou produto do planejamento, é forma espacial da sociedade de classes. A Geografia dialética, portanto, não pode se contentar em mapear carências; deve revelar as relações sociais que produzem tais carências e as contradições que podem transformá-las em conflito.

A unidade entre teoria e práxis também impede que o conhecimento geográfico seja tratado como neutro. A Geografia é produzida em instituições, atravessada por interesses, financiamentos, métricas acadêmicas, disputas teóricas e condições históricas determinadas. Quando a Geografia crítica transforma a pobreza, a segregação, a precarização e a violência espacial em objetos de pesquisa sem tensionar as formas sociais que as produzem, corre o risco de converter o sofrimento social em capital acadêmico. Essa contradição não invalida a pesquisa, mas exige que ela seja submetida à crítica. Uma Geografia marxista consequente não pode apenas falar sobre os explorados; precisa perguntar a partir de qual perspectiva social produz conhecimento, que tipo de realidade revela e que possibilidades históricas ajuda a tornar inteligíveis.

Em Korsch (2008, p. 32), a totalidade não é apenas uma categoria lógica ou epistemológica, mas uma totalidade histórica atravessada pela práxis. A teoria marxista e movimento proletário real constituem a “totalidade concreta do processo histórico”, essa formulação é particularmente importante para a Geografia porque impede duas reduções

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

recorrentes: de um lado, o economicismo, que transforma o espaço em reflexo direto da economia; de outro, o empirismo espacial, que fragmenta os fenômenos em recortes locais, regionais ou espaciais sem reconstruir suas mediações com a totalidade capitalista. O espaço deve ser compreendido como momento dessa totalidade, isto é, como produto, condição e meio de reprodução das relações sociais (Carlos, 2015).

Nildo Viana e a retomada da radicalidade marxista

A contribuição de Nildo Viana para o debate aqui proposto está em recolocar o marxismo no terreno da totalidade concreta, da historicidade, da luta de classes e da crítica das ideologias. Sua obra não se limita a atualizar determinadas categorias marxistas, mas procura preservar o núcleo radical do marxismo contra suas deformações positivistas, estruturalistas, reformistas, leninistas, pós-modernas e acadêmicas. Viana (2009) se insere em uma tradição que compreende o marxismo não como sociologia crítica, nem como filosofia da história, mas como expressão teórica da luta revolucionária contra a sociedade capitalista. É por isso que sua leitura interessa diretamente à Geografia: uma crítica do espaço que não alcance a totalidade social que o produz tende a permanecer na descrição de formas espaciais, na denúncia moral da desigualdade ou na administração conceitual dos efeitos do capital.

Em *O capitalismo na era da acumulação integral*, Viana (2009, p. 6) parte de uma afirmação central: a sociedade capitalista deve ser apreendida em sua historicidade. Isso significa recusar tanto a naturalização do capitalismo quanto a ilusão de que sua fase atual representa uma forma definitiva da vida social: “a sociedade capitalista é histórica e transitória”, o que implica compreender suas formas não como dados eternos, mas como produtos históricos de relações sociais determinadas. Essa historicidade não pode ser confundida com mera sucessão cronológica de fases, há nesse sentido um processo de permanência e mutação no processo de valorização do capital. O capitalismo muda historicamente, mas não abandona sua essência: a produção de mais-valor, a exploração do trabalho assalariado e a reprodução ampliada do capital, daí a importância de Marx como fundamento teórico. Viana (2009, p. 6) afirma que a teoria do modo de produção capitalista elaborada por Marx é o “fio condutor” de qualquer análise que não queira se perder em “equivocos e ilusões”. Essa passagem é metodologicamente relevante porque impede que a análise do capitalismo contemporâneo se dissolva em nomes de época, como globalização, neoliberalismo, pós-modernidade, flexibilização, financeirização ou sociedade em rede, tais fenômenos só ganham inteligibilidade quando reconduzidos à totalidade contraditória do capital.

Essa articulação entre permanência e mutação impede duas deformações opostas: a leitura imóvel, que vê sempre o mesmo capitalismo, e a leitura fascinada pela novidade, que transforma cada reestruturação em ruptura absoluta. A teoria dos regimes de acumulação apresentada por Viana (2009, 14) surge justamente para apreender as formas históricas da reprodução capitalista. O autor define regime de acumulação como “um determinado estágio do desenvolvimento capitalista” marcado por uma forma de organização do trabalho, uma forma estatal e uma forma de exploração internacional. O conceito não designa apenas uma fase econômica, mas uma forma relativamente

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

estabilizada de reprodução social; processo de valorização, Estado e exploração internacional não aparecem como esferas separadas, mas como mediações de uma mesma totalidade histórica. O decisivo, porém, é que essa totalidade não é pensada por Viana (2009, p. 14) como estrutura abstrata, mas como expressão da luta de classes. O processo de valorização manifesta “um determinado estágio da luta de classes” – o regime de acumulação não é um modelo econômico exterior aos sujeitos, mas uma forma histórica de estabilização provisória da dominação burguesa diante da resistência proletária.

A contribuição da teoria de regimes de acumulação de Viana (2009) é essencial para a Geografia. Se o regime de acumulação expressa determinada correlação de forças entre as classes, então a produção do espaço também deve ser compreendida como momento dessa correlação. A cidade, a periferia, as centralidades, as infraestruturas, a moradia, os eixos de circulação, os espaços precarizados e as áreas de valorização imobiliária não são simples resultados de políticas públicas, planejamento urbano ou dinâmicas de mercado. São formas espaciais da reprodução capitalista e, ao mesmo tempo, expressões materiais da luta de classes. A produção do espaço não pode ser analisada como reflexo da economia nem como campo autônomo da política urbana; ela é mediação concreta da acumulação e da dominação social.

Há também em Nildo Viana uma articulação entre teoria do capitalismo e projeto revolucioário que, como bem pontua Maia (2020, p. 1), a teoria da autogestão em Viana está “imbricada em sua teoria do capitalismo”, o que significa que a autogestão não surge como ideal moral, utopia abstrata ou simples forma alternativa de organização. Ela emerge da própria análise das contradições do capital, da luta proletária e dos limites históricos da reprodução capitalista. Essa observação é importante para a nossa discussão porque permite afastar qualquer leitura voluntarista da transformação social. A superação do capitalismo, para essa tradição, não decorre da boa vontade política, mas do movimento contraditório da sociedade capitalista e da auto-organização das classes exploradas.

O regime de acumulação integral permite avançar nessa direção. Para Viana (2009, p. 6) o atual regime de acumulação “aprofunda e radicaliza” elementos do regime anterior, provocando mudanças no processo de valorização, na formação estatal, na exploração internacional e nas formas culturais e sociais em geral. O regime de acumulação integral não deve ser entendido apenas como reestruturação produtiva ou reorganização empresarial do trabalho, ele expressa uma ofensiva mais ampla do capital, que combina toyotismo, neoliberalismo e neoimperialismo, intensificando a exploração e ampliando a mercantilização da vida social. A acumulação integral é uma forma histórica de expansão do domínio do capital sobre dimensões cada vez mais amplas da existência.

Essa leitura também permite criticar as ideologias que acompanham o capitalismo contemporâneo. Viana (2009, p. 6) observa que o regime de acumulação integral produz “novas ideologias” destinadas a “legitimar, justificar e naturalizar” sua existência. Esse ponto é central para a Geografia, porque muitas categorias presentes no planejamento urbano, nas políticas públicas e na própria produção acadêmica funcionam como formas de neutralização das contradições sociais. Termos como exclusão social, vulnerabilidade, resiliência, governança, empreendedorismo, capital humano,

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

sustentabilidade, inovação urbana e cidade criativa podem nomear fenômenos reais, mas frequentemente deslocam a análise da exploração para a gestão, da luta de classes para a inclusão, da propriedade privada para o acesso, da mercantilização do espaço para a eficiência urbana.

A ideologia da exclusão social é exemplar. Ao substituir exploração por exclusão, desloca-se o problema da relação capital-trabalho para o problema da integração de populações marginalizadas. O trabalhador precarizado aparece como vulnerável; a classe explorada aparece como população de risco; a periferia aparece como espacialidade carente; a desigualdade aparece como déficit de inclusão. A crítica da produção capitalista do espaço é substituída por uma linguagem de gestão das carências, a questão deixa de ser a propriedade privada do solo, a renda da terra, a mercantilização da moradia, a ação seletiva do Estado e a reprodução espacial da força de trabalho, e passa a ser a inclusão subordinada dos sujeitos nos circuitos da cidade capitalista.

Maia (2020) contribui para radicalizar essa discussão ao situar Nildo Viana no interior do marxismo autogestionário. Essa perspectiva recupera Marx, Rosa Luxemburgo, os comunistas de conselhos e outras tradições anticapitalistas, distinguindo-se tanto do bolchevismo quanto da social-democracia. O ponto central é que o marxismo autogestionário não separa crítica do capitalismo, luta proletária e projeto de sociedade. Por isso, citando Viana, Maia afirma que “perceber a totalidade e transformar a totalidade são elementos complementares” (Viana, 2019, p. 277-278 apud Maia, 2020, p. 4). Essa formulação sintetiza a radicalidade da perspectiva: a totalidade não é apenas categoria de análise, mas horizonte prático de transformação. A revolução não é parcial, setorial ou institucional; ela implica a transformação da totalidade das relações sociais.

Podemos dizer que, uma Geografia dialética não pode se limitar a interpretar a totalidade espacial do capital; ela precisa compreender como essa totalidade é produzida, reproduzida e contestada pelas práticas sociais. O espaço capitalista não é apenas uma configuração material; é uma forma social. Sua transformação não pode ser reduzida a reforma urbana, planejamento participativo, democratização da gestão ou políticas de inclusão espacial. Tais medidas podem produzir conquistas parciais, mas não superam a lógica que produz a cidade como mercadoria. A perspectiva autogestionária desloca o problema: trata-se de pensar a produção do espaço para além do capital, do Estado, da propriedade privada e da divisão social do trabalho.

A luta de classes deve ser recolocada no centro da análise geográfica e não ignorada como afirmam alguns ideólogos oportunistas. Para Viana (2009, p. 7), no regime de acumulação integral, a manutenção do capitalismo pressupõe o “aumento geral da exploração e dos conflitos”, essa afirmação permite compreender que a intensificação da exploração não ocorre apenas no processo imediato de trabalho. Ela se estende às condições de reprodução da vida: moradia precária, transporte exaustivo, endividamento, insegurança alimentar, destruição ambiental, militarização dos territórios populares, privatização dos serviços e captura mercantil das necessidades sociais. A luta de classes também se espacializa, ela aparece nas ocupações urbanas, nas resistências contra remoções, nas lutas por moradia, nos conflitos ambientais, nas greves dos trabalhadores da circulação, na defesa de territórios tradicionais e nas formas cotidianas de recusa da precarização.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

A autogestão não pode ser compreendida como simples técnica de administração, democracia direta local ou gestão coletiva de empreendimentos isolados. Maia (2020, p. 17-19) é preciso ao mostrar que, na teoria de Viana, a autogestão social é engendrada pela autogestão das lutas proletárias e se opõe às apropriações ideológicas que reduzem o termo a participação, cogestão, cooperativismo ou economia solidária. A autogestão, em sua acepção radical, diz respeito à transformação da totalidade das relações sociais, não à administração alternativa de fragmentos do capitalismo. Para a Geografia, isso abre um campo teórico decisivo: pensar não apenas a crítica da produção capitalista do espaço, mas a possibilidade de uma produção autogerida do espaço, fundada na apropriação coletiva das condições de vida e na abolição das mediações sociais capitalistas.

Os limites do marxismo estruturalista

A crítica ao marxismo estruturalista exige, antes de tudo, compreender o que se denomina estruturalismo. Não se trata de uma escola homogênea, nem de um sistema teórico único, mas de uma orientação intelectual que marcou profundamente as ciências humanas no século XX, especialmente entre as décadas de 1950 e 1970. Sua emergência está ligada à tentativa de superar explicações empiristas, historicistas, psicologizantes e subjetivistas dos fenômenos sociais, deslocando a análise do indivíduo, da consciência imediata e da sucessão factual dos acontecimentos para as relações internas que organizam determinado sistema. O estruturalismo não procura explicar os fenômenos por sua aparência imediata, mas pelas estruturas que os tornam possíveis e inteligíveis (Dosse, 1993; Piaget, 1979).

A matriz mais conhecida dessa inflexão encontra-se na linguística de Ferdinand de Saussure. Ao compreender a língua como sistema de relações diferenciais, Saussure (2006) desloca a análise da linguagem do estudo histórico-comparativo das palavras isoladas para a estrutura relacional que lhes confere sentido. O signo linguístico não possui valor por si mesmo, mas pela diferença que estabelece com outros signos no interior de um sistema. Essa concepção teve enorme impacto nas ciências humanas porque permitiu pensar que os elementos sociais não devem ser apreendidos isoladamente, mas em suas relações recíprocas. A estrutura não é a soma dos elementos, mas o sistema de relações que organiza a posição e o sentido desses elementos.

É essa lógica que Lévi-Strauss (1975) transporta para a antropologia ao analisar os mitos, os sistemas de parentesco e as classificações simbólicas, procurando revelar estruturas inconscientes que organizam práticas culturais aparentemente diversas. O que interessa não é apenas o conteúdo manifesto das práticas, mas a lógica relacional que as estrutura. O parentesco, o mito e os sistemas simbólicos são compreendidos como combinações reguladas por oposições, diferenças, equivalências e transformações. Assim, o estruturalismo desloca a análise do sujeito consciente para estruturas que operam aquém ou além da consciência individual – o sujeito deixa de ser o centro fundador do sentido e passa a ser pensado como efeito de sistemas simbólicos e sociais.

Piaget (1979), ao discutir o estruturalismo, identifica três características fundamentais da noção de estrutura: totalidade, transformação e autorregulação. Segundo

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

ele, “uma estrutura é um sistema de transformações que comporta leis enquanto sistema” e que se conserva ou se enriquece pelo próprio jogo dessas transformações, sem recorrer a elementos exteriores (Piaget, 1979, p. 6). Em seguida, sintetiza: “uma estrutura compreende os caracteres de totalidade, de transformações e de autorregulação” (Piaget, 1979, p. 6). Essa definição é importante porque mostra que a estrutura não é um agregado de elementos empíricos, mas uma totalidade organizada por leis internas, ela é totalidade porque seus elementos dependem do conjunto; é transformação porque não é forma estática; e é autorregulação porque possui mecanismos internos de conservação e funcionamento.

O estruturalismo teve importância ao combater concepções que explicavam a sociedade por meio da intenção individual, da vontade subjetiva ou da simples sucessão empírica dos acontecimentos. Ao afirmar que os sujeitos estão inseridos em estruturas que os antecedem, essa orientação intelectual abriu caminho para uma crítica do humanismo abstrato e das filosofias da consciência. O indivíduo deixa de aparecer como origem soberana dos fenômenos sociais, as práticas passam a ser entendidas como efeitos de sistemas linguísticos, simbólicos, econômicos, políticos e ideológicos. Essa contribuição não é secundária, especialmente em um campo intelectual marcado por leituras liberal-individualistas da sociedade.

O problema surge quando a crítica ao sujeito abstrato se converte em dissolução da práxis. Ao deslocar a análise para as estruturas, parte do estruturalismo tende a reduzir a história ao funcionamento interno dos sistemas e a compreender os sujeitos como suportes de relações previamente constituídas. A temporalidade histórica concreta perde densidade diante da sincronia estrutural; a contradição tende a aparecer como diferença funcional; e a ação social passa a ser interpretada menos como práxis transformadora e mais como reprodução de posições no interior de uma totalidade estruturada. Essa tensão será decisiva quando o estruturalismo ingressar no marxismo, sobretudo pela obra de Louis Althusser (1979; 1985) e de Louis Althusser e Étienne Balibar (1979).

Althusser (1979) procura construir uma leitura rigorosamente anti-humanista e anti-historicista de Marx, sua intervenção deve ser situada no contexto de crítica ao marxismo vulgar, ao economicismo, ao empirismo e às leituras humanistas que aproximavam Marx de uma filosofia da alienação centrada na essência humana. Ao defender a existência de uma ruptura epistemológica entre o jovem Marx e o Marx maduro, Althusser (1979) procura separar os escritos de juventude, marcados pela problemática filosófica do humanismo, da crítica científica da economia política desenvolvida em *O capital*. Assim, Marx não seria o pensador de uma essência humana alienada a ser recuperada, mas o fundador de uma ciência da história capaz de apreender as estruturas do modo de produção capitalista.

Essa leitura possui méritos. Althusser (1979) combate a redução moral da crítica marxista, recusa a transformação da alienação em drama abstrato da consciência e insiste que o capitalismo deve ser compreendido a partir de suas relações objetivas. O capital, a mercadoria, o dinheiro, o Estado, a ideologia e o trabalho assalariado não dependem da vontade imediata dos indivíduos para operar. A crítica althusseriana ao humanismo liberal é pertinente: Marx não parte do indivíduo abstrato, mas das relações sociais historicamente determinadas. O problema, contudo, está na forma pela qual essa crítica é

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

conduzida. Ao romper com o humanismo abstrato, Althusser (1979) tende a enfraquecer também a dimensão histórico-prática da emancipação em Marx.

Em *Ler O capital*, por exemplo, Althusser e Balibar (1979) aprofundam essa leitura ao propor uma interpretação estrutural da obra marxiana. O modo de produção aparece como uma totalidade complexa, composta por instâncias relativamente autônomas, articuladas sob determinada dominância. A causalidade social não é pensada como causalidade simples ou linear, mas como causalidade estrutural. A economia não determina os demais níveis de modo mecânico e imediato; ela determina “em última instância”, no interior de uma totalidade articulada, sobredeterminada e atravessada por diferentes temporalidades (Althusser; Balibar, 1979). Entretanto, a superação do economicismo em Althusser (1979) e Althusser e Balibar (1979) ocorre por meio de uma forte autonomização da teoria e das estruturas. A noção de prática teórica, a crítica ao sujeito da história, o anti-humanismo teórico e a leitura da sociedade como totalidade estruturada deslocam o marxismo para o terreno de uma ciência das formações sociais. A teoria passa a ocupar um lugar privilegiado na produção do conhecimento, relativamente separada da práxis política e da experiência histórica concreta das classes em luta. A história deixa de aparecer como processo aberto de antagonismos sociais e tende a ser concebida como processo sem sujeito, regulado pela articulação das estruturas.

É justamente nesse ponto que a crítica de Korsch (2008) discutida no tópico anterior faz sentido. O marxismo não pode ser reduzido a ciência positiva da sociedade, nem enquadrado nas divisões tradicionais do saber burguês. Quando o marxismo é convertido em ciência das estruturas, perde sua dimensão negativa, isto é, sua capacidade de apreender a sociedade burguesa não apenas como sistema de reprodução, mas como totalidade contraditória que produz as condições de sua própria negação. O limite do marxismo estruturalista, portanto, não está em reconhecer estruturas. Marx (2013) jamais foi um pensador da pura vontade, o capital é uma relação social objetiva, dotada de coerção, forma e legalidade histórica. A mercadoria, o dinheiro, o Estado, a propriedade privada, o mercado e o trabalho assalariado impõem-se aos indivíduos independentemente de sua consciência imediata. O problema está em transformar essas formas sociais em estruturas quase autônomas, diante das quais a ação humana aparece apenas como efeito. Quando isso ocorre, a dialética é substituída por uma lógica da reprodução, a contradição permanece no vocabulário, mas perde sua dimensão explosiva.

Essa distinção é decisiva. Em Marx (2013), as formas sociais capitalistas possuem objetividade real, mas essa objetividade é histórica. A mercadoria, o valor, o capital e o Estado não são estruturas eternas, nem sistemas fechados; são produtos de relações sociais determinadas. O capital aparece como sujeito automático, mas esse automatismo é a forma fetichizada de uma relação social fundada na exploração do trabalho. A crítica marxiana não transforma as estruturas em entidades independentes; revela que sua aparente autonomia resulta da própria alienação social. Assim, a dialética não consiste em descrever o funcionamento das estruturas, mas em revelar como essas estruturas são produzidas, reproduzidas e contraditadas pela práxis social.

O marxismo estruturalista tende a deslocar a centralidade da luta de classes para a reprodução das condições de produção, a classe aparece mais como posição objetiva no interior do modo de produção do que como sujeito histórico constituído na luta. A

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

ideologia deixa de ser compreendida prioritariamente como forma de consciência social ligada à dominação de classe e passa a ser pensada como mecanismo de interpelação dos indivíduos como sujeitos (Althusser, 1985). O Estado deixa de aparecer principalmente como forma política da dominação de classe e passa a ser analisado como estrutura relativamente autônoma encarregada de assegurar a reprodução das relações sociais (Althusser, 1985; Poulantzas, 1977). A reprodução tende a ocupar o lugar da transformação; a posição estrutural substitui a práxis; e a história se enfraquece como campo de disputa.

Na Geografia, os efeitos dessa leitura são impactantes e limitantes. O espaço passa a ser compreendido como estrutura, sistema, instância ou forma de reprodução, mas frequentemente perde seu vínculo com a práxis social e com a luta de classes. A metrópole, a periferia, a rede urbana, o território, a região e a escala aparecem como estruturas de funcionamento do capital, mas nem sempre como produtos contraditórios da ação social histórica. A cidade segregada é interpretada como efeito da lógica de valorização; a periferia como resultado da reprodução desigual; o território como instância de regulação; a rede como forma da circulação; a escala como arranjo da acumulação. Essas formulações podem ser importantes, mas tornam-se insuficientes quando não reconstroem os sujeitos concretos, os conflitos, as resistências e as possibilidades de negação inscritas na produção do espaço (Santos, 1978; Harvey, 2005; Carlos, 2011).

Essa tendência produz uma Geografia crítica de alto grau de abstração, mas de baixa capacidade revolucionária. O capital aparece como sujeito absoluto; o Estado, como operador funcional; o espaço, como meio de reprodução; e os trabalhadores, como população, moradores, usuários, consumidores, vulneráveis ou excluídos. A luta de classes é mencionada, mas raramente conduz a análise. O resultado é uma crítica que demonstra a força do capital, mas pouco revela sua fragilidade histórica. A cidade capitalista aparece como máquina de reprodução da dominação, mas não como campo contraditório de luta social. A periferia aparece como produto da desigualdade, mas não como espaço de experiência, conflito, resistência e possível ruptura.

Esse problema se intensifica quando o anti-humanismo estruturalista elimina também o humanismo histórico-concreto presente em Marx. É correto rejeitar o humanismo liberal, que toma o indivíduo como sujeito isolado, anterior às relações sociais e portador de uma essência universal. Esse humanismo abstrato é incompatível com Marx. No entanto, ao combater essa concepção, parte do marxismo estruturalista enfraquece a compreensão do ser humano como ser social, produzido historicamente e capaz de transformar as relações que o produzem. Em Marx e Engels (2007), os indivíduos não existem fora das relações sociais; mas essas relações também não existem fora da atividade prática dos indivíduos historicamente situados. A práxis é precisamente essa mediação entre determinação social e transformação histórica.

A alienação, nesse sentido, não é um drama moral da consciência, mas uma relação social concreta, na qual os produtos da atividade humana se autonomizam diante dos próprios produtores. O capital, o Estado, o dinheiro, a mercadoria e a propriedade aparecem como forças independentes, mas são formas sociais produzidas pela atividade humana alienada. A emancipação não significa recuperação de uma essência metafísica

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

do homem, mas superação prática das relações sociais que desumanizam os indivíduos e os submetem às suas próprias criações autonomizadas. O marxismo estruturalista, ao deslocar a práxis para um plano secundário, corre o risco de reproduzir teoricamente a própria aparência fetichista que Marx (2013) procura criticar.

A teoria dos regimes de acumulação, em Viana (2009), reforça essa crítica ao estruturalismo. Um regime de acumulação é como um determinado estágio de desenvolvimeto do capital, é marcado por forma de organização do trabalho, forma estatal e forma de exploração internacional – como uma totalidade. Contudo, essa totalidade não é pensada como estrutura abstrata: o processo de valorização expressa “uma correlação de forças entre burguesia e proletariado” e manifesta “um determinado estágio da luta de classes” (Viana, 2010, p. 14). A acumulação é, assim, relação social, e não mecanismo autônomo, a reprodução capitalista existe, mas existe como estabilização provisória de conflitos, exploração e resistência.

Para uma crítica radical da produção do espaço, esse ponto é decisivo. A superação da cidade capitalista não será produto de um urbanismo progressista separado da luta de classes. A superação da segregação não ocorrerá apenas por políticas distributivas que preservem a propriedade privada do solo. A superação da destruição ambiental não virá de uma governança sustentável subordinada à mercadoria. O espaço capitalista é produzido pelas relações sociais capitalistas; sua transformação exige a transformação das relações que o produzem. Lefebvre (2006), Harvey (2005) e Carlos (2011) oferecem elementos fundamentais para essa crítica ao mostrarem que o espaço não é apenas suporte da sociedade, mas produto, condição e meio da reprodução social. Todavia, essa formulação só conserva radicalidade quando vinculada à crítica da mercadoria, da propriedade privada, do Estado, da renda da terra, do trabalho e da luta de classes.

A crítica ao marxismo estruturalista não implica negar a existência de estruturas, determinações ou formas objetivas de reprodução social, implica recusar sua autonomização. O capital é estrutura e relação; forma objetiva e processo histórico; dominação e contradição. O espaço, do mesmo modo, é produto e condição, forma e mediação, reprodução e conflito. Quando se privilegia apenas a estrutura, perde-se a luta de classes. Quando se privilegia apenas a reprodução, perde-se a possibilidade de negação. Quando se privilegia apenas o funcionamento do capital, perde-se a historicidade de sua superação. É precisamente essa perda que uma Geografia dialética deve enfrentar.

O método dialético na Geografia: totalidade, mediações e produção do espaço

Uma Geografia orientada pelo método dialético deve partir da compreensão de que o espaço é produto social. Essa afirmação, bastante difundida, precisa ser radicalizada. Dizer que o espaço é produto social não significa apenas afirmar que a sociedade modifica a natureza ou organiza formas espaciais, significa compreender que o espaço é produzido no interior de relações sociais determinadas e que, uma vez produzido, participa da reprodução dessas relações. O espaço é produto e condição, resultado e meio, forma e mediação (Lefebvre, 2006; Santos, 1996; Carlos, 2011).

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

Lefebvre (2006) foi decisivo ao formular a produção do espaço como problema teórico central, sua contribuição permite superar a leitura do espaço como recipiente vazio ou palco da história. O espaço é produzido socialmente e, no capitalismo, essa produção é atravessada pela lógica da mercadoria, pelo Estado, pela propriedade privada, pela abstração, pela fragmentação e pela dominação. Harvey (2005) mostra que o capital precisa produzir e reorganizar o espaço para resolver, ainda que temporariamente, suas crises de acumulação. Carlos (2001; 2011) contribui ao demonstrar que a produção do espaço urbano deve ser compreendida como momento da reprodução da sociedade, articulando vida cotidiana, propriedade, Estado, capital e práticas sociais.

Entretanto, a incorporação desses autores só se torna efetivamente dialética quando articulada ao método marxista em sua radicalidade. Não basta afirmar que o espaço é produzido; é preciso perguntar por quais relações sociais, sob quais formas históricas, a partir de quais contradições, mediado por quais sujeitos e orientado por quais interesses de classe. A produção do espaço não pode virar uma fórmula genérica, ela precisa ser reconstruída concretamente (Marx, 2008; Lefebvre, 2006; Carlos, 2011).

A primeira categoria decisiva é a totalidade. O espaço não pode ser compreendido por recortes isolados. Um bairro popular, uma ocupação urbana, uma rodovia, uma frente de expansão agrícola, uma área de mineração, um condomínio fechado, um distrito industrial ou uma centralidade comercial só podem ser compreendidos em relação com a totalidade social que os produz. Isso não significa apagar sua singularidade, mas apreendê-la como singularidade mediada. O local não é o oposto do global; é uma forma concreta de manifestação de relações sociais mais amplas (Lukács, 2003; Santos, 1996; Carlos, 2011).

A segunda categoria é a historicidade. A Geografia dialética não pergunta apenas onde as coisas estão, mas como chegaram a ser o que são, a localização é resultado de processos históricos. Uma avenida, um conjunto habitacional, uma favela, uma área portuária, uma zona industrial ou uma área de proteção ambiental carregam camadas de tempo social. A história não é pano de fundo; é constitutiva da forma espacial. Por isso, a análise geográfica deve reconstruir gênese, desenvolvimento e transformação. Sem historicidade, a Geografia se converte em fotografia do presente (Marx, 2008; Santos, 1996; Carlos, 2011).

A terceira categoria é a contradição. O espaço capitalista é contraditório porque a própria sociedade capitalista é contraditória. A cidade concentra riqueza e miséria, centralidade e expulsão, infraestrutura e precariedade, circulação e imobilidade, planejamento e informalidade, mercantilização e uso cotidiano. A contradição não é um desequilíbrio acidental; é forma de existência do capital. A urbanização capitalista, por exemplo, produz centralidades valorizadas ao mesmo tempo em que produz periferias precarizadas. A valorização de uma área frequentemente implica expulsão, remoção, aumento da renda da terra e destruição de formas anteriores de vida (Lefebvre, 2006; Harvey, 2005; Carlos, 2001).

A quarta categoria é a mediação. A dialética não trabalha com causalidades simples. A relação entre capital e espaço é mediada pelo Estado, pela propriedade da terra, pelo crédito, pelo planejamento, pelas infraestruturas, pelas normas jurídicas, pelas ideologias urbanas, pelos agentes imobiliários, pelas formas de resistência e pela vida

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

cotidiana. A mediação impede tanto o economicismo quanto o culturalismo. Não se pode explicar tudo diretamente pela economia, mas também não se pode dissolver a economia política em discursos, identidades ou representações (Marx, 2008; Harvey, 2005; Carlos, 2011).

A quinta categoria é a luta de classes. Esse é o ponto frequentemente mais negligenciado. Sem luta de classes, a produção do espaço aparece como processo funcional do capital. Com a luta de classes, ela aparece como campo de disputa. A classe trabalhadora não apenas sofre o espaço produzido pelo capital; ela também o produz, contesta, ocupa, ressignifica e transforma. A autoconstrução periférica, as ocupações urbanas, os movimentos de moradia, as greves de trabalhadores da logística, as resistências camponesas, indígenas e ribeirinhas, as lutas contra barragens, mineração e remoções são expressões espaciais da luta de classes e das lutas sociais contra a reprodução ampliada do capital (Marx; Engels, 2007; Lefebvre, 2006; Viana, 2007).

A sexta categoria é a práxis. A Geografia dialética não deve limitar-se a interpretar a produção capitalista do espaço, ela deve produzir conhecimento capaz de desnaturalizar a dominação espacial e contribuir para práticas de transformação. Isso não significa instrumentalizar a pesquisa ou abandonar o rigor teórico. Pelo contrário, exige maior rigor, pois a crítica revolucionária não pode se sustentar em generalidades, slogans ou denúncias vazias. Ela precisa apreender a realidade em suas determinações concretas para que a ação transformadora não seja cega (Korsch, 1977; Viana, 2007).

Contra o empirismo descritivo e contra a abstração vazia

A Geografia crítica enfrenta dois riscos simétricos. O primeiro é o empirismo descritivo, o segundo é a abstração vazia. O empirismo descritivo acumula dados, mapas, imagens, entrevistas e documentos, mas não alcança a explicação, a abstração vazia mobiliza grandes categorias, como capital, Estado, território, neoliberalismo, financeirização e produção do espaço, mas não reconstrói concretamente as mediações do objeto. Ambos os caminhos são insuficientes.

O empirismo descritivo é herdeiro de uma concepção positivista de ciência, acredita que a realidade se revela pela coleta ordenada de informações. Na Geografia, manifesta-se em trabalhos que descrevem áreas, caracterizam populações, mapeiam equipamentos, enumeram problemas e apresentam diagnósticos, mas não explicam as determinações sociais que produzem tais fenômenos. O resultado é uma pesquisa que observa o óbvio com aparato técnico, a desigualdade aparece, mas não é explicada. A precariedade é registrada, mas não é relacionada à reprodução do capital, o espaço é descrito, mas não é compreendido.

A abstração vazia, por outro lado, é uma deformação frequente em trabalhos que se pretendem críticos. Neles, as categorias marxistas aparecem em alto nível de generalidade, mas sem relação efetiva com o objeto. Afirma-se que o espaço é produzido pelo capital, que o Estado atende aos interesses da classe dominante, que há contradições socioespaciais e que a cidade é mercadoria. Tudo isso pode estar correto em termos gerais, mas permanece insuficiente se não for demonstrado concretamente. A dialética não é repetição de categorias; é reconstrução do concreto pensado (Marx, 2008; Lukács, 2003).

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

Marx, na *Contribuição à crítica da economia política*, indica que o concreto é resultado de múltiplas determinações, isto é, unidade da diversidade reconstruída pelo pensamento (Marx, 2008) – isso significa que a análise não deve permanecer nem no imediato empírico nem no abstrato geral. O método exige partir da aparência, abstrair suas determinações e retornar ao concreto como totalidade compreendida. Para a Geografia, isso significa que o objeto espacial deve ser reconstruído por meio das mediações que o constituem. Um conjunto habitacional, por exemplo, não é apenas forma arquitetônica ou política pública, é mediação entre Estado, capital da construção civil, propriedade fundiária, crédito, trabalho, renda, deslocamento, infraestrutura, reprodução da força de trabalho e ideologia da casa própria (Harvey, 2005; Carlos, 2011).

Essa exigência permite diferenciar uma Geografia marxista rigorosa de uma Geografia apenas “tematicamente crítica”. Não basta escolher objetos socialmente relevantes, como pobreza, periferia, moradia, trabalho, transporte, meio ambiente ou desigualdade, é necessário produzir uma explicação que revele as determinações históricas e as contradições de classe desses objetos. O tema não torna a pesquisa crítica, o método é que possibilita a crítica (Viana, 2007).

A crítica ao empirismo e à abstração vazia também vale para o uso das categorias espaciais. Conceitos como espaço, território, região, lugar, paisagem, rede e escala não são neutros, eles podem ser mobilizados de forma crítica ou ideológica. O território pode revelar relações de poder e apropriação, mas também pode naturalizar a gestão estatal. A região pode expressar desigualdades históricas, mas também pode servir à classificação administrativa. O lugar pode revelar a vida cotidiana, mas também pode ser romantizado. A paisagem pode ser lida como forma sensível da produção social, mas também pode virar descrição estética. A escala pode revelar mediações entre processos, mas também pode virar hierarquia formal. O método dialético exige submeter essas categorias à crítica, articulando-as à totalidade social (Korsch, 2008; Viana, 2018).

Quem tem medo da crítica radical? Possibilidades de uma perspectiva revolucionária na Geografia e uma tentativa de conclusão

Quem tem medo da crítica? A pergunta parece incômoda apenas para aqueles que fizeram da crítica uma retórica domesticada, um adorno teórico, uma linguagem elegante para circular com conforto no interior da universidade. Não é raro que a palavra “crítica” apareça desarmada, convertida em etiqueta acadêmica, em senha de pertencimento intelectual, em forma sofisticada de falar da desigualdade sem tocar nas relações sociais que a produzem. Temem a crítica radical aqueles que preferem os reducionismos naturalistas, empiristas, positivistas, culturalistas, estruturalistas ou reformistas, porque tais reducionismos permitem falar muito, conceituar bastante, publicar com frequência e, ao mesmo tempo, preservar intacta a ordem social que organiza a própria miséria metodológica de parte da Geografia – a crítica radical incomoda porque não se satisfaz com diagnósticos.

A Geografia que teme essa crítica prefere objetos sem ruptura. Prefere falar de “vulnerabilidade” em vez de exploração; de “exclusão” em vez de dominação de classe; de “governança” em vez de Estado capitalista; de “resiliência” em vez de adaptação

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

forçada à precariedade; de “sustentabilidade” em vez de crítica da mercantilização da natureza; de “planejamento participativo” em vez de luta pelo controle social da produção do espaço. Com isso, a linguagem se torna aparentemente progressista, mas o horizonte permanece preso à gestão do existente. Trata-se de uma crítica que administra contradições, não de uma crítica que busca superá-las.

A perspectiva revolucionária na Geografia nasce de uma dupla exigência: não separar teoria e práxis, como em Korsch (2008), e não naturalizar o capitalismo e suas formas históricas, como em Viana (2009). Não se trata de transformar todo trabalho geográfico em manifesto político, nem de substituir a pesquisa por slogans. Trata-se de recusar a falsa neutralidade que reduz o espaço a objeto técnico, o território a recorte administrativo, a cidade a problema de gestão, a periferia a carência e a natureza a recurso. O rigor dialético não enfraquece a crítica; ao contrário, exige levá-la até suas últimas consequências.

Uma Geografia revolucionária parte do reconhecimento de que o espaço capitalista não é apenas desigual, mas produzido pela desigualdade. A cidade não é contraditória por falha de planejamento; ela é contraditória porque expressa uma sociedade fundada na exploração. A periferia não é ausência de cidade; é forma específica da urbanização capitalista. A segregação não é um simples erro; é mediação da reprodução social. A moradia não é apenas direito negado; é mercadoria, ativo, dívida e mecanismo de controle. A terra urbana não é suporte físico; é propriedade, renda e poder. A natureza não é exterior ao capital; é incorporada como recurso, fronteira e reserva de valorização.

Por isso, a questão fundamental não é apenas “como melhorar a cidade?”, mas quem controla sua produção. Quem decide sobre a terra, a moradia, a circulação, a infraestrutura, a água, a floresta, o trabalho, o tempo e os usos do espaço? Enquanto tais decisões estiverem subordinadas ao capital, ao Estado e à propriedade privada, a cidade continuará sendo produzida como forma de dominação. Políticas públicas podem amenizar efeitos, planos diretores podem reorganizar normas, programas habitacionais podem produzir melhorias parciais, mas nada disso elimina a lógica social que transforma o espaço em mercadoria e a vida em custo de reprodução.

É nesse ponto que a crítica do Estado se torna incontornável. Grande parte da Geografia crítica reformista ainda deposita no Estado a esperança de correção racional das desigualdades produzidas pelo capital. Mas o Estado moderno não paira acima da sociedade de classes, ele organiza legalidades, garante a propriedade, produz infraestruturas, administra populações, regula conflitos e, quando necessário, reprime. Isso não significa ignorar disputas institucionais ou desprezar conquistas parciais, significa compreender seus limites. Uma política urbana que preserva a propriedade privada do solo, a mercadoria-habitação, a renda imobiliária e o comando do capital sobre a cidade não supera a segregação; apenas a reorganiza.

A radicalidade da perspectiva revolucionária está em recolocar a luta de classes no centro da produção do espaço. A luta de classes não se restringe ao chão da fábrica, ela atravessa a moradia, o transporte, a alimentação, o saneamento, o acesso à água, o controle dos territórios, a destruição ambiental, a violência estatal e a reprodução cotidiana da vida. Viana (2009, p. 7) afirma que a manutenção do capitalismo contemporâneo pressupõe o “aumento geral da exploração e dos conflitos”. Essa

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

intensificação se espacializa: aparece nas remoções, nas ocupações urbanas, nas resistências contra despejos, nas greves dos trabalhadores da circulação, nos conflitos ambientais, nas lutas indígenas, ribeirinhas e camponesas, nas redes de solidariedade e nas formas cotidianas de recusa da precarização.

A perspectiva revolucionária exige também romper com a pobreza metodológica que confunde descrição com crítica. Mapear desigualdades não basta. Denunciar injustiças não basta. Repetir conceitos consagrados não basta. A crítica precisa revelar o nexos entre forma espacial e forma social. Precisa mostrar que a cidade capitalista não é apenas espaço de desigualdade, mas máquina histórica de reprodução da propriedade, da renda, do valor e da dominação. Precisa demonstrar que a metrópole não é somente concentração urbana, mas forma avançada da totalidade capitalista, na qual a vida se fragmenta, se endivida, se desloca, se vigia e se mercantiliza.

A Geografia revolucionária não pode temer a palavra revolução. Não como gesto retórico, mas como problema teórico e prático. Revolução significa transformação da totalidade das relações sociais; significa ruptura com a propriedade privada dos meios de produção e da terra; significa superação do Estado como forma política da dominação de classe; significa abolição da mercadoria como mediação universal da vida; significa controle coletivo e autogerido das condições de existência. Sem esse horizonte, a crítica espacial permanece reduzida à administração progressista da catástrofe.

Aqueles que temem a crítica radical preferem uma Geografia domesticada: empírica sem teoria, teórica sem práxis, crítica sem ruptura, política sem classe, espacial sem totalidade. Preferem a segurança da especialização ao risco da totalidade. Preferem o conforto das categorias aceitas ao enfrentamento das contradições reais. Preferem falar bonito sobre a desigualdade a perguntar quem se beneficia dela. Preferem explicar o espaço sem tocar na sociedade que o produz. Contra isso, uma perspectiva revolucionária deve recolocar a Geografia diante de sua tarefa mais incômoda: não apenas interpretar a produção capitalista do espaço, mas revelar as condições históricas de sua superação.

Assim, a possibilidade revolucionária na Geografia não está em acrescentar uma conclusão militante a uma análise tradicional. Está em reorganizar o próprio modo de apreender o espaço. Está em partir da totalidade, reconstruir as mediações, historicizar as formas, desnudar as ideologias e recolocar a luta de classes como força constitutiva da produção espacial. A crítica radical não teme a realidade; teme apenas sua falsificação. E, diante de uma sociedade que transforma moradia em dívida, cidade em negócio, natureza em recurso, espaço em ativo e vida em mercadoria, a única Geografia verdadeiramente crítica é aquela que não abdica de perguntar: que sociedade produz este espaço e que forças podem destruí-la para produzir outro?

Referências

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. **Ler O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 2 v.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-36.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. São Paulo: Ensaio, 1993.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Tradução de António Sousa Ribeiro. Porto: Afrontamento, 1977.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Apresentação e tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A produção do **espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAIA, Lucas. A teoria da autogestão social em Nildo Viana. **Élisée: Revista de Geografia da UEG**, Goiás, v. 9, n. 2, e922029, jul./dez. 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

PIAGET, Jean. **O estruturalismo**. São Paulo: Difel, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1678808

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, n. 12, p. 1-63, 2005.

VIANA, Nildo. **A consciência da história**: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2009.

VIANA, Nildo. **O modo de pensar burguês**: episteme marxista e episteme burguesa. Curitiba: CRV, 2018.